



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Larissa vive em Curitiba, Paraná, onde reside com o filho Vicente, de oito anos. A paternidade de Vicente foi reconhecida por Diego, ex-companheiro de Larissa, no ato do registro de nascimento, ocorrido em 2018, sem qualquer contestação posterior.

Larissa e Diego mantiveram união estável entre 2015 e 2019, dissolvida de comum acordo, sem litígio remanescente sobre partilha de bens ou sobre a guarda do filho, que desde então permanece sob os cuidados de Larissa. Após a separação, Diego mudou-se para São Paulo, São Paulo, onde reside e trabalha como analista de sistemas em empresa privada, com salário mensal de R\$ 6.000,00, registrado em carteira de trabalho.

Larissa trabalha como cabeleireira autônoma, com renda mensal variável, em torno de R\$ 1.300,00, valor insuficiente para arcar sozinha com alimentação, saúde, educação e moradia de Vicente. Nunca houve, entre Larissa e Diego, qualquer acordo formal ou decisão judicial fixando valor de pensão alimentícia.

Diego, desde a separação, custeia esporadicamente alguns itens do filho, como material escolar e tênis, comprados diretamente por ele, sem regularidade de valores ou datas. Procurada por Larissa em julho de 2026 para tratar da regularização da pensão, a resposta de Diego, por mensagem de texto, foi a de que já ajudava bastante com as coisas que compra direto para o filho e que não via necessidade de judicializar o assunto.

Sem condições de arcar sozinha com o sustento de Vicente e sem obter de Diego qualquer compromisso de contribuição regular, Larissa procura você, advogado(a), para que sejam tomadas as providências cabíveis em favor do filho.

Na qualidade de advogado(a) de Larissa, na condição de representante de seu filho Vicente, elabore a peça processual cabível para a tutela dos interesses do menor, que pretende haver R\$ 1.800,00 mensais a título de alimentos. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Osvaldo faleceu em fevereiro de 2026, deixando dois filhos, Renan e Beatriz, como únicos herdeiros. Ele não deixou testamento.

Um ano antes de morrer, Osvaldo foi vítima de tentativa de homicídio praticada por Renan, que tentou matá-lo por asfixia durante uma discussão familiar. Renan foi denunciado, processado e condenado pelo crime, com sentença penal condenatória transitada em julgado ainda em vida de Osvaldo. Até o falecimento, Osvaldo não praticou qualquer ato, por escritura pública ou por qualquer outro instrumento, perdoando ou reabilitando o filho.

Beatriz, inconformada com a conduta do irmão, pretende afastá-lo da sucessão de Osvaldo.

Diante do caso narrado, responda aos itens a seguir.

A) Beatriz poderia obter a exclusão de Renan por deserdação? Justifique. (0,65)

B) É necessário o ajuizamento de ação para excluir Renan da sucessão? Justifique. (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Herculano adquiriu, há cinco anos, um sítio no interior de Minas Gerais que não possui acesso a via pública, nascente ou porto. O imóvel de Adalberto é o único prédio vizinho que se presta natural e facilmente a uma passagem até a via pública, pois os demais imóveis do entorno não oferecem trajeto viável.

Desde a aquisição do sítio, Adalberto permite que Herculano utilize um caminho existente em seu imóvel, por mera permissão, sem qualquer escritura, contrato ou registro constitutivo de servidão. Recentemente, Adalberto revogou essa permissão, cercou o trajeto e proibiu Herculano de continuar passando.

Considerando a situação apresentada, responda aos itens a seguir.

A) A pretensão de Herculano de continuar utilizando o caminho encontra amparo legal? Justifique. (0,65)

B) Caso Herculano precise ajuizar ação para garantir a passagem, qual o foro competente? Justifique. (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Durante uma confusão em um bar, Ricardo e Samuel agrediram fisicamente Wagner em conjunto, cada um desferindo golpes contra a vítima. Da agressão resultou fratura no braço de Wagner, que despendeu R\$ 8.000,00 em tratamento médico.

Não foi possível, pelas provas produzidas, individualizar qual golpe, de qual agressor, causou especificamente a fratura, nem estabelecer que um deles tenha contribuído mais que o outro para o resultado. Ambos participaram da agressão conjunta.

Wagner pretende ajuizar ação de indenização e ser integralmente ressarcido pelos danos sofridos.

Sobre a hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

A) Wagner pode exigir apenas de Ricardo o pagamento integral da indenização? Caso Ricardo efetue o pagamento integral, qual valor poderá exigir regressivamente de Samuel? Justifique. (0,65)

B) Wagner poderia incluir Ricardo e Samuel conjuntamente no polo passivo da ação? Justifique. (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Eduardo precisava urgentemente de dinheiro para custear cirurgia de emergência de um familiar. Sem revelar a Otávio o motivo da urgência, vendeu-lhe seu único veículo, avaliado em R\$ 40.000,00 segundo a tabela de mercado na data da celebração do negócio, por apenas R\$ 15.000,00. Otávio desconhecia por completo a situação de Eduardo, tendo apenas percebido que ele estava disposto a vender rapidamente e por preço abaixo do mercado. A venda ocorreu há dois anos.

Eduardo pretende, agora, anular o negócio.

Diante do caso narrado, responda aos itens a seguir.

A) Eduardo pode obter a anulação da venda? Justifique. (0,65)

B) Em eventual demanda entre Eduardo e Otávio a respeito do contrato, poderia o juiz reconhecer de ofício a anulabilidade decorrente da lesão? Justifique. (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	